

## PROJETO TEMÁTICA INDÍGENA: DIVERSIDADE DE SABERES

ABICAELO MOREIRA<sup>1</sup>; LORI ALTMANN<sup>2</sup>

<sup>1</sup>*Universidade Federal Pelotas – abicael94@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal Pelotas – lori.altmann@yahoo.com*

### 1. INTRODUÇÃO

Meu nome é Abicael Moreira e na língua kaingang me chamo Rãvíg. Sou Indígena da etnia kaingang da aldeia São João do Irapuá, Terra Indígena Guarita, no Município de Redentora/RS. No momento estou no 3º semestre do curso de Licenciatura em Educação Física (UFPel). É meu primeiro ano como bolsista do Projeto de Extensão Temática: diversidade de saberes. Além de buscar novos conhecimentos, como bolsista do projeto tenho o objetivo de deixar um pouco da minha convivência na comunidade, como indígena kaingang.

O Projeto de Extensão “Temática Indígena: diversidade de saberes”, começou em 2013 na Escola Municipal de Ensino Fundamental Nestor Elizeu Crochemore, situada no 7º distrito, área rural de Pelotas, na Vila Nova. O Projeto ficou até 2015 na escola. Coordenado pela Profª. Drª. Lori Altmann, desenvolvido pelo Núcleo de Etnologia Ameríndia (NETA), junto ao Departamento de Antropologia e Arqueologia (DAA) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Em 2016 o projeto iniciou uma parceria com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do Colégio Municipal Pelotense (CMP) na região urbana de Pelotas. Ficou até o final de 2017.

Na edição deste ano de 2018, o projeto mudou de local. Estabeleceu parceria com IFSul/CaVG – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, Campus Pelotas-Visconde da Graça (ALTMANN, 2018). Essa iniciativa está amparada pela Lei 11.645, de 10 de março de 2008, como forma de garantir a valorização das culturas indígenas, que formam a diversidade cultural brasileira. O Projeto tem como objetivo propiciar uma experiência de construção conjunta de conhecimentos entre participantes do NETA, professores/as, alunos/as da graduação e pós-graduação dos cursos de Antropologia, Ciências Sociais e História e professores/as de instituições de ensino da rede pública. A partir das temáticas de educação e cultura, a proposta foi construída com base em uma resposta emergente de incentivo a uma reflexão sobre o Projeto Pedagógico do Curso, nas instituições educacionais de ensino.

O Projeto foi pensado no sentido de explorar formas mais atrativas e dinâmicas de compartilhamento dos saberes, num intercâmbio entre universidade, escola e comunidades indígenas nas regiões próximas. Assim, esse processo de troca favorece uma reflexão a respeito das culturas dos povos indígenas, que constróem, junto a nós, a história da população brasileira. Os seguintes temas estão sendo abordados neste processo de curso: Povos Indígenas e alimentação; educação indígena e educação escolar Indígena; jogos, esportes e olimpíadas Indígenas; Saúde e ervas medicinais; Moradias Indígenas; Línguas indígenas e Etnolinguística; Infância Indígena e crianças Indígenas; Agricultura e sementes nativas ou crioulas; Artesanato; Terra, Território e Mobilidade; Indígenas na cidade e questões Indígenas na atualidade; Indígenas no ensino superior, cotas e ações afirmativas; Etnosaberes (astronomia, etnomatemática, etnobotânica) e músicas indígenas. O curso iniciou em 2018, no dia 29 de agosto, tendo como público alvo discentes das Licenciatura e da Gestão Ambiental, docentes e técnicos administrativos do Campus CaVG.

## 2. METODOLOGIA

A metodologia a ser seguida pressupõe a participação das pessoas envolvidas de acordo com suas disponibilidades, durante todo o seu processo. A avaliação acontecerá no decorrer do curso e ao final será solicitada a construção de um Projeto ou Plano de Aula sobre alguns dos conteúdos trabalhados. Os Projetos ou Planos de Aula, após realizados, serão apresentados para a turma toda no último encontro.

A assessoria será composta por Indígenas e docentes que pesquisam junto aos povos Indígenas. Para cada encontro haverá indicação de leituras complementares sobre cada tema. A assessoria ocorrerá com aula expositiva, seguida de apresentação e debate de pequenos vídeos.

Conforme o andamento do projeto, sites, livros e CD/DVDs, para pesquisa serão indicados. Também será criada uma página no Facebook para orientações sobre materiais e informações diversas. Está prevista a organização de uma exposição com cartazes, banners, artesanatos e artefatos indígenas acompanhada de oficinas assumidas por indígenas. Como encerramento do curso, pretendemos realizar uma visita a uma aldeia indígena.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Projeto visou atender a Lei 11.645/2008, que estabelece a obrigatoriedade no ensino da história e cultura Afro-brasileira e Indígena nos currículos escolares e que esses sejam trabalhados em todo currículo escolar. Desde o ano de 2013 o Projeto vem trabalhando em diferentes escolas no intuito de subsidiar as discussões sobre interculturalidade, buscando aproximar o conhecimento transmitido com a própria visão indígena sobre seu povo e cultura.

O Brasil é um país com uma pluralidade de culturas indígenas. Muitos/as brasileiros/as ainda não conhecem os povos originários destas terras, que são os indígenas e que vivem a milhares de anos nesse país chamado Brasil. Desta forma o projeto pretende trabalhar temas que podem ser aproveitados em sala de aula. Também promoverá visitas dos próprios indígenas às escolas, para debater sobre os temas a serem abordados no decorrer do projeto. Deste modo podemos aprofundar mais alguns pontos, para motivar que essas temáticas sejam trabalhadas em sala de aula. A educação indígena e a educação escolar serão abordadas num dos encontros.

É importante dizer que o Projeto Político Pedagógico é o instrumento que possibilita que a comunidade indígena expresse qual escola deseja, de que forma a escola deve atender aos seus interesses, como ela deve ser estruturada, e como ela se integra à vida e aos projetos comunitários. Os povos indígenas têm direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária, conforme define a legislação nacional que fundamenta a educação escolar indígena (BANIWA, 2012). Denunciamos, no entanto, o descaso com a educação escolar indígena, manifesta na falta de respeito ao projeto pedagógico de cada povo, no não reconhecimento da categoria de professores/as indígenas, na falta de apoio à formação continuada desses professores, incluindo as licenciaturas interculturais, e na má qualidade das estruturas das escolas, ou na falta destas nas comunidades, bem como a falta de material didático compatível com as especificidades. Desta maneira o Projeto terá presença de professores/as Indígenas explicando como é a Educação Escolar Indígena nas comunidades.

O Projeto colocará em pauta os territórios indígenas e as demarcações de terras indígenas, que vem sendo motivo de disputa muito alarmante, entre a sociedade branca (fógi) e a indígena. Depois de 518 anos, as hordas do esbulho, da acumulação e do lucro continuam massacrandos e exterminando os nossos povos para tomar conta de nossas terras e territórios, dos bens comuns e de todas as formas de vida que, milenarmente, soubemos proteger e preservar. Completados 30 anos da Constituição Federal de 1988, que consagrou a natureza pluriétnica do Estado brasileiro, os povos indígenas do Brasil vivem o cenário mais grave de ataques aos seus direitos desde a redemocratização do país. Condenamos veementemente a falência da política indigenista, efetivada mediante o desmonte deliberado e a instrumentalização política das instituições e das ações que o Poder Público tem o dever de garantir. O direito originário sobre nossas terras, assegurado como cláusula pétreia pelo Artigo 231 da Constituição Federal, vem sendo sistematicamente violado pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, não apenas com a completa paralisação das demarcações das terras indígenas, mas também mediante a revisão e a anulação dos processos de reconhecimento dos nossos direitos territoriais. Mesmo com as dificuldades que cada povo indígena sofre, estaremos lutando por nossos direitos à demarcação.

A outra pauta importante no contexto dos povos indígenas é a forma como vem sendo tratado a sua saúde. A mudança do indivíduo de pequena comunidade para uma grande comunidade faz com que se percam os principais conhecimentos na área da saúde, que vem sendo transmitidos de geração a geração entre as famílias indígenas.

As comunidades indígenas possuem uma forma muito humana e organizada de vida, sendo uma das principais ações a união entre todos e todas nós, como se fossemos um só. Vivemos em comunidades, sejam elas familiares ou coletivas, com uma diversidade de povos e culturas, mas sabemos que somos parte de uma matriz só, que somos os primeiros habitantes deste país. Cabe ressaltar também que muitas vezes o governo não atende as demandas indígenas, o que prejudica a saúde física e mental dos coletivos indígenas.

Os povos indígenas estão sempre em constante luta por demarcações de terras, enfrentando a incompreensão das pessoas brancas (fógi), que sempre pensam que aquilo que o governo faz pelos indígenas é favor ou privilégio. É necessário relembrar que são demandas que pertencem aos povos indígenas.

Os encontros nacionais que reúnem todos/as os/as estudantes indígenas das Universidades Federais do Brasil, tratam de demandas da coletividade em relação à saúde tradicional nas comunidades e levantam os principais pontos de mudança e de resultados no acesso ao ensino superior. Algumas pesquisas são levadas e ocorre uma troca de informações com as comunidades indígenas, em especial, no que diz respeito à educação em saúde.

#### 4. CONCLUSÕES

O Projeto de Extensão Temática Indígena: Diversidade de Saberes (NETA/ICH/UFPEL) tem como objetivo adentrar mais no processo de ensino e levantar discussões sobre a diversidade cultural, aplicadas ao ambiente escolar. O Projeto visa refletir, no âmbito sociocultural, a superação de estereótipos e de intolerâncias. Desta maneira, é possível pensar num acesso à educação mais amplo e flexível, que supere preconceitos étnicos e raciais em relação aos povos indígenas e promova o diálogo intercultural (BERGAMASCHI, 2012).

O Projeto aposta nessa troca de conhecimento entre povos indígenas, universidades, escolas e comunidades para superar dificuldades. Compartilhando sabedorias dos povos originários, que vivem em número maior do que a população imagina. O projeto visa superar barreiras e alcançar novas perspectivas de ensino, sensibilizando a população jovem para o apoio às pautas indígenas na educação escolar, na saúde e na demarcação de terras. Ao criar uma relação afirmativa e propositiva, construiremos uma troca construtiva, entre diferentes grupos da nossa sociedade. Relação pautada em diálogo, aceitação e saberes em convívio, para assim promover a interculturalidade.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMANN, Lori (Coord.). **Projeto de Extensão “Temática Indígena na Escola: Diversidade de Saberes”**. Código DIPLAN/PREC: 53007083. UFPEL/2018.

BANIWA, Gersem. Os Desafios da Educação Indígena Intercultural no Brasil: avanços e limites na construção de políticas públicas. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. ROSA, Helena Alpini. BRINGMANN, Sandor Fernando (Orgs.). **Etnohistória, História Indígena e Educação: contribuições ao debate**. Porto Alegre: Pallotti, 2012 (69-88).

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Interculturalidade nas práticas escolares indígenas e não indígenas. In PALADINO, Mariana e CZAMY, Gabriela (orgs.) **Povos Indígenas e escolarização: discussões para repensar novas epistemes nas sociedades latino-americanas**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012 (pp. 43-72).

BRASIL. **LEI N° 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm) Acesso em: 30/04/2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil.** Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15\\_anos\\_Caracas.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf). acesso em: 30 de julho de 2018.

CAMPOS G.W.S, et al. Tratado de Saúde Coletiva. **Saúde Mental e Saúde Coletiva**. v.1, n. 18, p. 615-634. Editora: Hucitec, Fiocruz, 2006. Disponível em: <http://professorruas.yolasite.com/resources/Tratado%20de%20Saude%20Coletiva.pdf>. Acesso em 30 de julho de 2018.